



Fevereiro/2011

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Pensando os blogs

Há não muito tempo, falava-se em imprensa **escrita**, **falada** e **televisada** quando se desejava abarcar todas as possibilidades da comunicação jornalística. Os jornais e as revistas, o rádio e a televisão constituíam o pleno espaço público das informações. Tinham em comum o que se pode chamar de "autoria institucional": dizia-se, por exemplo, que tal notícia "deu no Diário Popular", ou "foi ouvida na rádio Cacique", ou "passou no telejornal da TV Excelsior". Funcionava como prova de veracidade do fato.

Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos, ou semi-anônimos, que se valem dos recursos da internet, entre eles os incontáveis **blogs**. Considerados uma espécie de cadernos pessoais abertos, os **blogs** possibilitam intervenção imediata do público e exploram em seu espaço virtual as mais distintas formas de linguagem: textos, desenhos, gravuras, fotos, músicas, vídeos, ilustrações, reportagens, entrevistas, arquivos importados etc. etc. A novidade maior dos **blogs** está nessa imediata conexão que podem realizar entre o que seria essencialmente privado e o que seria essencialmente público. Até mesmo alguns velhos jornalistas mantêm com regularidade esses espaços abertos da internet, sem prejuízo para suas colunas nos jornais tradicionais. A diferença é que, em seus **blogs**, eles se permitem depoimentos subjetivos e apreciações pessoais que não teriam lugar numa **Folha de S. Paulo** ou num **O Globo**, por exemplo. São capazes de narrar a cerimônia de posse do presidente da República incluindo os apartes e as impressões dos filhos pequenos que também acompanhavam e comentavam o evento.

Qualquer cidadão pode resolver sair da casca e dizer ao mundo o que pensa da seleção brasileira, ou da mulher que o abandonou, ou da falta de oportunidades no seu ramo de negócio. Artistas plásticos trocam figurinhas em seus **blogs** diante de um largo público de espectadores, escritores adiantam um capítulo do próximo romance, um músico resolve divulgar sua

nova canção já acompanhada de cifras para acompanhamento no violão. É só abrir um espaço na internet.

Outro dia, num **blog** de algum sucesso, o autor gabava-se de promover democraticamente, entre os incontáveis seguidores seus, uma discussão sobre as mesmas questões que preocupavam a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos companheiros de Platão. Isso sim, argumentava ele, é que é um **diálogo** verdadeiro. Tal atrevimento supõe que quantidade implicaria qualidade, e que democracia é uma soma infinita das impressões e opiniões de todo mundo...

Não importa a extensão das descobertas tecnológicas, sempre será imprescindível a atuação do nosso espírito crítico diante de cada fato novo que se imponha à nossa atenção.

(Belarmino Braga, inédito)

1. Considerando-se o contexto, deve-se entender por "autoria institucional" uma atribuição que se aplica a
 - (A) grupos de pessoas que participam regularmente de um mesmo *blog*.
 - (B) informações publicadas em conhecidos órgãos da imprensa.
 - (C) linguagens jornalísticas criadas para concorrer com as dos *blogs*.
 - (D) matérias publicadas em série sucessiva num mesmo órgão da imprensa.
 - (E) reportagens assinadas por jornalistas devidamente credenciados.
2. De acordo com texto, os *blogs* têm como característica
 - I. a abertura para participação autoral de leitores interessados em se manifestar num espaço virtual já constituído;
 - II. a reversão de matérias que seriam, a princípio, de interesse público em matérias de interesse exclusivamente privado;
 - III. a exploração de diferentes gêneros literários e linguagens outras que não a verbal, além da plena liberdade na eleição dos temas a serem tratados.

Em relação ao texto, é correto depreender o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, apenas.



3. Ao final do texto, o autor **desaprova**, precisamente, o fácil entusiasmo de quem considera os *blogs*
- (A) irrefutáveis evidências das vantagens tecnológicas de que muitos podem usufruir.
- (B) exemplos incontestes da superioridade da inteligência artificial em relação à humana.
- (C) válidos desafios, que podem e devem estimular a nossa reação e análise críticas.
- (D) diálogos espontâneos e, por isso, verdadeiros, em consonância com a tradição dos diálogos platônicos.
- (E) espaços generosos que multiplicam debates de nível superior aos diálogos dos pensadores clássicos.
-
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *abarcam todas as possibilidades* (1º parágrafo) = incrementar todas as hipóteses.
- (B) *prova de veracidade do fato* (1º parágrafo) = aprovação da verossimilhança da ocorrência.
- (C) *possibilitam intervenção imediata do público* (2º parágrafo) = consignam o imediatismo do público participante.
- (D) *a roda fechada e cerimoniosa dos filósofos* (4º parágrafo) = o círculo restrito e solene dos pensadores.
- (E) *atuação do nosso espírito crítico* (5º parágrafo) = apropriação de nossa sensibilidade intuitiva.
-
5. A expressão *cadernos pessoais abertos* (2º parágrafo), no contexto,
- (A) assinala a conexão que os *blogs* promovem entre a esfera do privado e a esfera pública.
- (B) refere-se ao caráter acidental e transitório que marca a vigência dos *blogs* como espaço virtual.
- (C) indica o primarismo um tanto escolar que costuma caracterizar as linguagens exploradas nos *blogs*.
- (D) enfatiza a contradição que impede os *blogs* de constituírem um espaço de discussão democrática.
- (E) ressalta o improvisado e a superficialidade das confidências que habitualmente se fazem nos *blogs*.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) No passado, com as qualificações **escrita, falada e televisada** pretendiam-se designar toda a abrangência das formas de comunicação jornalística.
- (B) A multiplicação de tantos autores anônimos de *blogs* acabaram por representar uma séria concorrência para os profissionais da comunicação.
- (C) Em nossos dias, cabem a quaisquer cidadãos tomar a iniciativa de criar um *blog* para neles desenvolverem seus temas e pontos de vista.
- (D) Já não se opõem, num *blog*, a instância do que seja de interesse privado e a instância do que seja de interesse público.
- (E) Permitem-se aos seguidores de um *blog* levantar discordância quanto às linhas de argumentação desenvolvidas por seu autor.
-
7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nos *blogs* há uma subjetividade da qual os outros meios de comunicação jornalística se ressentem, uma vez que não é de sua característica contemplá-la.
- (B) O autor do texto exime-se ao diferenciar autoria institucional de outras modalidades autorais, presumindo que a primeira obtém maior crédito.
- (C) Para muitos, os *blogs* são um recurso de comunicação de eficácia nunca antes alcançada, suplantando em extensão e profundidade os diálogos platônicos.
- (D) Ainda que possam ser bem-vindos, os *blogs* não devem constituir uma obsessão tal que remova seus usuários de diligenciarem outras formas de linguagem.
- (E) A democratização do pensamento não pode ficar presa à uma forma de comunicação, visto que são os conteúdos que determinam sua consumação.



8. No contexto do 3º parágrafo, a frase final *É só abrir um espaço na internet* tem como sentido implícito o que enuncia este segmento:

- (A) e assim se comprovará como é possível superar Platão.
- (B) para corporificar essas iniciativas na linguagem de um *blog*.
- (C) e advirão as reações que costuma provocar a autoria institucional.
- (D) para se comprovar a efemeridade das informações de um *blog*.
- (E) para que um *blog* passe a enfrentar severa reação crítica.

9. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:

- (A) Os recursos da internet, dos quais podemos nos valer a qualquer momento, permitem veicular mensagens por cujo conteúdo seremos responsáveis.
- (B) Artistas plásticos, que suas obras lhes interessa divulgar, frequentam os espaços da internet, mediante aos quais promovem a divulgação de seu trabalho.
- (C) Jornalistas veteranos, de cujas colunas tantos leitores já frequentaram, passaram a criar seus próprios *blogs*, pelos quais acrescentam uma dose de subjetivismo.
- (D) É comum que, num *blog*, os assuntos públicos, a cujo interesse social ninguém duvida, coabitem aos assuntos particulares, que a poucos interessará.
- (E) As múltiplas formas de linguagem com que o autor de um *blog* pode lançar mão obrigam-no a se familiarizar com técnicas de que jamais cogitou dominar.

10. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Hoje a autoria institucional enfrenta séria concorrência dos autores anônimos*, obter-se-á a seguinte forma verbal:

- (A) são enfrentados.
- (B) tem enfrentado.
- (C) tem sido enfrentada.
- (D) têm sido enfrentados.
- (E) é enfrentada.

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Leis religiosas e leis civis

As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.

As leis de perfeição, extraídas da religião, têm por objeto mais a bondade do homem que as segue do que a da sociedade na qual são observadas; ao contrário, as leis civis versam mais sobre a bondade moral dos homens em geral do que sobre a dos indivíduos.

Deste modo, por respeitáveis que sejam os ideais que nascem imediatamente da religião, não devem sempre servir de princípio às leis civis, porque é outro o princípio destas, que é o bem geral da sociedade.

(Montesquieu, **Do espírito das leis**)

11. Atentando-se para a primeira frase e considerando-se o conjunto do texto, os termos *sublimidade* e *extensão* dizem respeito, respectivamente, ao caráter

- (A) místico dos evangelhos canônicos e materialista dos textos da jurisprudência.
- (B) de espiritualidade das normas religiosas e de abrangência social do direito civil.
- (C) dogmático das convicções de fé e libertário das legislações constitucionais.
- (D) divino dos postulados cristãos e humanista da declaração dos direitos humanos.
- (E) de profundidade das certezas místicas e de superficialidade da ordem jurídica.



12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A bondade do indivíduo e as virtudes coletivas são instâncias que se ligam entre si, de modo inextricável e em recíproca dependência.
- II. A diferença de princípios permite distinguir entre o que há de respeitável nos ideais religiosos e o que se elege como um bem comum nas leis civis.
- III. Tanto no âmbito das leis civis quanto no das religiosas, o objetivo último é o mesmo: o aprimoramento moral do indivíduo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

13. *As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.*

A respeito da construção da frase acima, é correto afirmar que

- (A) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **A solidão dispõe o homem à melancolia.**
- (B) da comparação entre leis civis e leis religiosas, expressa pelo termo *mais*, resulta a superioridade incontestada de uma delas.
- (C) entre os dois segmentos separados pelo ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **ao passo que.**
- (D) entre os dois segmentos separados por ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão **por conseguinte.**
- (E) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase **O sacristão dispôs o altar para a missa.**

14. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as seguisse do que a da sociedade na qual fossem observadas.
- (B) As leis de perfeição tinham por objeto mais a bondade dos homens que as seguir do que a da sociedade na qual serão observadas.
- (C) As leis de perfeição terão por objeto mais a bondade dos homens que as tivessem seguido do que a da sociedade na qual terão sido observadas.
- (D) As leis de perfeição teriam por objeto mais a bondade do homem que as siga do que a da sociedade na qual têm sido observadas.
- (E) As leis de perfeição terão tido por objeto mais a bondade do homem que viesse a segui-las do que a da sociedade na qual fossem observadas.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Às bondades individuais (**dever**) seguir um benefício que se estenda ao conjunto de uma sociedade.
- (B) Nem sempre (**haver**) de respeitar as leis da religião quem se curva às leis civis.
- (C) Não se (**respeitar**) as leis civis por bondade, nem as religiosas por espírito cívico.
- (D) Não se (**opor**) o princípio da religião ao da ordem civil, embora as instâncias de uma e outra sejam distintas.
- (E) (**ser**) de se notar, entre as leis civis e as religiosas, a diferença dos princípios que as regem.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Nicanor deveria efetuar a divisão de um número inteiro e positivo N , de três algarismos, por 63; entretanto, ao copiar N , ele enganou-se, invertendo as posições dos dígitos extremos e mantendo o seu dígito central. Assim, ao efetuar a divisão do número obtido por 63, obteve quociente 14 e resto 24. Nessas condições, se q e r são, respectivamente, o quociente e o resto da divisão de N por 63, então:

- (A) $q + r = 50$.
- (B) $r < 40$.
- (C) $q < 9$.
- (D) r é múltiplo de 4.
- (E) q é um quadrado perfeito.

17. Todos os 72 funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul deverão ser divididos em grupos, a fim de se submeterem a exames médicos de rotina. Sabe-se que:

- o número de funcionários do sexo feminino é igual a 80% do número dos do sexo masculino;
- cada grupo deverá ser composto por pessoas de um mesmo sexo;
- todos os grupos deverão ter o mesmo número de funcionários;
- o total de grupos deve ser o menor possível;
- a equipe médica responsável pelos exames atenderá a um único grupo por dia.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- (A) no total, serão formados 10 grupos.
- (B) cada grupo formado será composto de 6 funcionários.
- (C) serão necessários 9 dias para atender a todos os grupos.
- (D) para atender aos grupos de funcionários do sexo feminino serão usados 5 dias.
- (E) para atender aos grupos de funcionários do sexo masculino serão usados 6 dias.



18. Dois funcionários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Matilde e Julião – foram incumbidos de arquivar X processos. Sabe-se que: trabalhando juntos, eles arquivariam $\frac{3}{5}$ de X em 2 horas; trabalhando sozinha, Matilde seria capaz de arquivar $\frac{1}{4}$ de X em 5 horas. Assim sendo, quantas horas Julião levaria para, sozinho, arquivar todos os X processos?
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 6.
(D) 7.
(E) 8.

19. Suponha que em 2007 as mensalidades de dois planos de saúde tinham valores iguais e que nos três anos subsequentes elas sofreram os reajustes mostrados na tabela seguinte.

	2008	2009	2010
Plano 1	10%	10%	10%
Plano 2	5%	5%	X

Se em 2010, os valores das mensalidades de ambos se tornaram novamente iguais, então X é aproximadamente igual a

- (A) 15 %.
(B) 18,6 %.
(C) 20,7 %.
(D) 27,8 %.
(E) 30 %.
20. O computador de certo caixa eletrônico foi programado para que fossem emitidas apenas cédulas de 20, 50 ou 100 reais. Ao fazer um saque nesse caixa, Aristóteles recebeu 24 cédulas e, curiosamente, observou que as quantias correspondentes a cada um dos três tipos de cédulas eram iguais. Nessas condições, é correto afirmar que Aristóteles
- (A) recebeu 18 cédulas de 20 reais.
(B) recebeu 8 cédulas de 50 reais.
(C) recebeu 5 cédulas de 100 reais.
(D) fez um saque de R\$ 900,00.
(E) fez um saque de R\$ 300,00.

21. Dois Analistas Judiciários de uma Unidade do Tribunal Regional do Trabalho – Felício e Marieta – foram incumbidos de analisar 56 processos. Decidiram, então, dividir o total de processos entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal e inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Se na ocasião, Felício era funcionário do Tribunal há 20 anos e tinha 48 anos idade, enquanto que Marieta lá trabalhava há 8 anos, então, se coube a Marieta analisar 21 processos, a sua idade
- (A) era inferior a 30 anos.
(B) estava compreendida entre 30 e 35 anos.
(C) estava compreendida entre 35 e 40 anos.
(D) estava compreendida entre 40 e 45 anos.
(E) era superior a 45 anos.

22. De um curso sobre Legislação Trabalhista, sabe-se que participaram menos de 250 pessoas e que, destas, o número de mulheres estava para o de homens na razão de 3 para 5, respectivamente. Considerando que a quantidade de participantes foi a maior possível, de quantas unidades o número de homens excedia o de mulheres?

- (A) 50.
(B) 55.
(C) 57.
(D) 60.
(E) 62.

23. Auri tem três bolas de tamanhos diferentes, B_1 , B_2 , e B_3 , e pretende pintar cada uma delas com uma única das cores: preta, branca ou vermelha, não necessariamente nesta ordem. Considere as seguintes afirmações:

- (1) B_1 é vermelha.
(2) B_2 não é vermelha.
(3) B_3 é preta.

De quantos modos Auri poderá fazer a pintura das bolas para que apenas uma das afirmações seja verdadeira?

- (A) duas.
(B) três.
(C) quatro.
(D) cinco.
(E) seis.



24. A tabela abaixo apresenta os múltiplos positivos de 3 dispostos segundo determinado padrão:

1ª Coluna	2ª Coluna	3ª Coluna	4ª Coluna	5ª Coluna
3	6	9	12	15
18	21	24	27	30
33	36	39	42	45
48	51	54	57	60
63	66	69	72	75
.
.
.

Caso esse padrão seja mantido indefinidamente, com certeza o número 462 pertencerá à

- (A) primeira coluna.
 (B) segunda coluna.
 (C) terceira coluna.
 (D) quarta coluna.
 (E) quinta coluna.

25. Amália, Berenice, Carmela, Doroti e Paulete vivem nas cidades de Amambaí, Bonito, Campo Grande, Dourados e Ponta Porã, onde exercem as profissões de advogada, bailarina, cabeleireira, dentista e professora.

Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:

- a letra inicial do nome de cada uma delas, bem como as iniciais de suas respectivas profissão e cidade onde vivem, são duas a duas distintas entre si;
- a bailarina não vive em Campo Grande;
- Berenice não é cabeleireira e nem professora; também não vive em Campo Grande e nem em Dourados;
- Doroti vive em Ponta Porã, não é bailarina e tampouco advogada;
- Amália e Paulete não vivem em Bonito;
- Paulete não é bailarina e nem dentista.

Com base nas informações dadas, é correto concluir que Carmela

- (A) vive em Bonito.
 (B) é advogada.
 (C) vive em Dourados.
 (D) é bailarina.
 (E) vive em Ponta Porã.

Noções de Direito

26. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, constitui

- (A) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
 (B) mero ilícito administrativo.
 (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 (D) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
 (E) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

27. De acordo com Lei nº 9.784/1999, no processo administrativo será observado, dentre outros, o critério de

- (A) garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
 (B) impulsão do processo administrativo mediante atuação dos interessados, vedada a impulsão, de ofício, pela Administração Pública.
 (C) cobrança de despesas processuais, não havendo tal cobrança apenas em hipóteses excepcionais previstas em lei.
 (D) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.
 (E) atendimento a fins de interesse geral, permitida, em regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.

28. Para a contratação de serviço técnico de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização,

- (A) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade tomada de preços.
 (B) é inexigível a licitação.
 (C) é dispensável a licitação.
 (D) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade convite.
 (E) exige-se, obrigatoriamente, licitação na modalidade concurso.

29. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados

- (A) pela Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, mediante aprovação prévia da Advocacia Geral da União, serão equivalentes à Lei ordinária.
 (B) pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e Senado Federal, serão equivalentes às Leis ordinárias.
 (C) pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e Senado Federal, serão equivalentes às Leis complementares.
 (D) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
 (E) pelo Presidente da República serão equivalentes à Medida Provisória e serão levados à Câmara dos Deputados, para, mediante aprovação por maioria dos votos, serem convertidas em Leis ordinárias.

30. O militar alistável elegível, se contar mais de

- (A) vinte anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (B) dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (C) quinze anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 (D) dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
 (E) cinco anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará, mediante prévia consulta do seu histórico militar, no ato da diplomação, para a inatividade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. Em dezembro de 2010, o banco debitou R\$ 25.000,00 na conta da empresa referente a juros sobre empréstimos, tendo enviado o aviso bancário em 5 de janeiro de 2011. Considerando esses juros como único item pendente, o valor de R\$ 25.000,00, na conciliação bancária do mês de dezembro/2010, deverá ser apresentado da seguinte forma:
- (A) redução do saldo do extrato.
 - (B) aumento do saldo do extrato.
 - (C) aumento do saldo do razão analítico.
 - (D) redução do saldo do razão analítico.
 - (E) sem alterações nos saldos do extrato e razão analítico.
-
32. O princípio contábil que determina que o registro das variações patrimoniais, desde que tecnicamente estimável, deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência, é o Princípio da
- (A) Continuidade.
 - (B) Exclusividade.
 - (C) Oportunidade.
 - (D) Entidade.
 - (E) Prudência.
-
33. Aumentam os saldos das contas de Patrimônio Líquido, Ativo e Passivo, os lançamentos nelas efetuados que representem, respectivamente:
- (A) Crédito, Débito e Crédito.
 - (B) Crédito, Crédito e Débito.
 - (C) Débito, Débito e Crédito.
 - (D) Débito, Crédito e Débito.
 - (E) Crédito, Crédito e Crédito.
-
34. Contas cujos saldos no Balanço Patrimonial são devedores:
- (A) Capital Social Subscrito e ICMS a Recolher.
 - (B) Fornecedores e Honorários a Pagar.
 - (C) Duplicatas a Receber e Móveis e Utensílios.
 - (D) Lucros Acumulados e Contas a Pagar.
 - (E) Duplicatas a Pagar e Aluguéis a Pagar.
-
35. As Companhias Abertas deverão apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas, adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB,
- (A) a partir do exercício findo em 2009.
 - (B) a partir do exercício findo em 2010.
 - (C) a partir do exercício findo de 2011.
 - (D) a partir do exercício findo de 2012.
 - (E) sendo facultativo para o exercício de 2010 e obrigatório para o exercício de 2011.
-
36. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, devem ser classificados no grupo de contas:
- (A) Ativo Imobilizado.
 - (B) Disponível.
 - (C) Ativo Intangível.
 - (D) Investimentos.
 - (E) Estoques.



37. São ativos intangíveis:
- (A) participações societárias.
 - (B) construções em andamentos e bibliotecas.
 - (C) ferramentas, computadores, máquinas e equipamentos.
 - (D) ações e arrendamento mercantil.
 - (E) marcas, patentes e fundo de comércio.

38. Considere:

	Companhia X	Companhia Y	Companhia Z	Companhia T	Companhia W
ATIVO CIRCULANTE					
Disponível	50.000	55.000	33.000	100.000	200.000
Contas a Receber	190.000	250.000	125.000	380.000	100.000
Estoques	170.000	230.000	115.000	340.000	30.000
Valores e Bens	110.000	170.000	85.000	220.000	60.000
Despesas Antecipadas	80.000	95.000	42.000	160.000	120.000
TOTAL	600.000	800.000	400.000	1.200.000	510.000
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	60.000	120.000	30.000	140.000	250.000
Empréstimos	80.000	160.000	40.000	180.000	220.000
Salários	20.000	40.000	10.000	60.000	50.000
Contas a Pagar	10.000	20.000	5.000	40.000	20.000
Provisões	30.000	60.000	15.000	80.000	100.000
TOTAL	200.000	400.000	100.000	500.000	640.000

A melhor situação de liquidez corrente é a da Companhia

- (A) T.
 - (B) X.
 - (C) Y.
 - (D) Z.
 - (E) W.
39. Indica o tempo médio que a empresa leva para produzir, vender e receber a receita de seus produtos:
- (A) Giro do Ativo.
 - (B) Ciclo Operacional.
 - (C) Giro do Estoque.
 - (D) Ciclo Financeiro.
 - (E) Rentabilidade do Ativo Total.
40. Relata efetivamente o desempenho, em termos de lucro ou prejuízo apurado pela companhia durante o exercício social:
- (A) Demonstração do Fluxo de Caixa.
 - (B) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (C) Demonstração do Valor Adicionado.
 - (D) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - (E) Balanço Patrimonial.



41. Considere:
- I. As companhias **abertas** e suas controladas incluídas na consolidação deverão utilizar, no balanço de **encerramento** do 1º exercício da adoção da Instrução CVM 457/2007, as informações contidas nas suas demonstrações financeiras auditadas, que tenham sido divulgadas para fins de registro no mercado internacional ou para fins de atendimento às regras do Novo Mercado da Bovespa, e que tenham atendido às Normas do IASB desde sua primeira divulgação.
- II. As companhias **abertas** e suas controladas incluídas na consolidação deverão utilizar, no balanço de **abertura** do 1º exercício da adoção da Instrução CVM 457/2007, as informações contidas nas suas demonstrações financeiras auditadas, que tenham sido divulgadas para fins de registro no mercado internacional ou para fins de atendimento às regras do Novo Mercado da Bovespa, e que tenham atendido às Normas do IASB desde sua primeira divulgação.
- III. As companhias **fechadas** e suas controladas incluídas na consolidação deverão utilizar, no balanço de **abertura** do 1º exercício da adoção da Instrução CVM 457/2007, as informações contidas nas suas demonstrações financeiras auditadas, que tenham sido divulgadas para fins de registro no mercado internacional ou para fins de atendimento às regras do Novo Mercado da Bovespa, e que tenham atendido às Normas do IASB desde sua primeira divulgação.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I.
- (E) III.
42. Quando os estoques são vendidos, o valor contábil deve ser registrado como
- (A) receita do período, somente.
- (B) ganho com ajuste a valor justo de um estoque classificado como disponível para venda.
- (C) perda com ajuste a valor justo de um estoque classificado como disponível para venda.
- (D) despesa no período (custo das mercadorias vendidas ou custo dos produtos vendidos), em que a respectiva receita é registrada.
- (E) custo menos depreciação e menos perda de valor recuperável.
43. Os custos de transformação incluem os custos diretamente relacionados à unidade de produção, como mão de obra
- (A) direta, bem como a alocação sistemática das despesas indiretas fixas e variáveis de produção incorridas na transformação das matérias-primas em produtos não acabados.
- (B) indireta, bem como a alocação sistemática das despesas indiretas fixas e variáveis de produção incorridas na transformação das matérias-primas em produtos acabados.
- (C) direta, bem como a alocação sistemática das despesas diretas de produção incorridas na transformação das matérias-primas em produtos acabados.
- (D) direta, bem como a alocação sistemática das despesas variáveis de produção incorridas na transformação das matérias-primas em produtos acabados.
- (E) direta, bem como a alocação sistemática das despesas indiretas fixas e variáveis de produção incorridas na transformação das matérias-primas em produtos acabados.
44. Ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis, são objetivos gerais do auditor obter segurança
- (A) razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, devido à fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (B) razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção irrelevante, devido a erros, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de parecer financeiro.
- (C) total de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção relevante, devido à fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (D) total de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção irrelevante, devido à fraude, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (E) razoável de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção irrelevante, devido à fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos considerados, em conformidade com a estrutura de parecer financeiro consolidado do auditor independente.



45. O Código de Ética Profissional do Contabilista, bem como as NBC-PAs (Normas Profissionais do Auditor Independente), estabelecem princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor, quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, e fornece estrutura conceitual para a aplicação desses princípios, que estão em linha com os princípios fundamentais, cujo cumprimento pelo auditor é exigido pelo Código IFAC (*International Federation of Accountants*). Tais princípios são:

- (A) perspicácia, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade.
- (B) perspicácia, subjetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade, conduta profissional.
- (C) integridade, subjetividade, zelo profissional, confidencialidade, conduta profissional.
- (D) integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade, conduta profissional.
- (E) perspicácia, competência e zelo profissional, transparência, conduta profissional.

Contabilidade Pública

46. No município de Murilândia, devido a problemas políticos entre o Poder Legislativo e o Executivo, foram aprovados orçamentos distintos para Câmara e para Prefeitura Municipal. De acordo com as regras fundamentais estabelecidas na legislação pertinente, o procedimento adotado no ente em questão contraria, diretamente, o princípio orçamentário da

- (A) legalidade.
- (B) unidade.
- (C) especificação.
- (D) competência.
- (E) exclusividade.

47. Considere:

- I. Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro.
- II. A despesa empenhada no exercício anterior e paga no exercício seguinte será considerada extraorçamentária no momento do pagamento.
- III. A despesa empenhada no exercício anterior e paga no exercício seguinte será considerada orçamentária no momento do pagamento.

Em relação aos Restos a Pagar, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

48. A proibição de inserir, na lei orçamentária, dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, decorre da aplicação do princípio orçamentário da

- (A) objetividade.
- (B) exclusividade.
- (C) legalidade.
- (D) clareza.
- (E) especificação.

49. Em relação ao Plano Plurianual, é correto afirmar que tem vigência de

- (A) 5 anos, iniciando no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no segundo exercício financeiro do mandato subsequente.
- (B) 4 anos, iniciando no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- (C) 5 anos, iniciando no primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
- (D) 4 anos, iniciando no primeiro exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no último exercício financeiro do mesmo mandato.
- (E) 3 anos, iniciando no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do executivo e terminando no último exercício financeiro do mesmo mandato.

50. Analise:

- I. Cota é a primeira figura de descentralização de disponibilidades financeiras caracterizadas pela transferência do órgão central de programação financeira para os órgãos setoriais do sistema.
- II. Repasse é a descentralização de disponibilidades financeiras vinculadas ao orçamento, realizada pelos órgãos setoriais de programação financeira, para as unidades executoras a eles vinculadas.
- III. Sub-repasse é a descentralização das disponibilidades financeiras vinculadas ao orçamento, recebidos anteriormente sob a forma de cota, transferidos pelo órgão setorial de programação financeira para outro órgão ou ministério.

Em relação aos instrumentos de descentralização financeira, está correto o que consta APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



51. A descentralização orçamentária entre unidades gestoras de um mesmo órgão será efetuada por meio do instrumento denominado
- (A) Repasse Orçamentário.
(B) Destaque.
(C) Dotação.
(D) Cota Orçamentária.
(E) Provisão.
52. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários poderão ser reabertos no limite dos seus saldos no exercício subsequente, se, no exercício anterior, o ato de autorização for promulgado
- (A) nos 4 (quatro) últimos meses.
(B) nos 5 (cinco) últimos meses.
(C) nos 3 (três) últimos meses.
(D) nos 2 (dois) últimos meses.
(E) no último mês.
53. O reforço de dotação orçamentária que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento será efetuado por meio de Créditos
- (A) Extraorçamentários.
(B) Especiais.
(C) Extraordinários.
(D) Suplementares.
(E) Contingenciais.
54. O recurso disponível para abertura de créditos suplementares e especiais, que NÃO provoca aumento nos valores globais da lei orçamentária, é:
- (A) Excesso de Arrecadação.
(B) Anulação de dotação.
(C) Superávit Financeiro.
(D) Operação de crédito autorizada.
(E) Superávit orçamentário.
55. Considere os seguintes dados do Balanço Patrimonial do Exercício Anterior de um ente municipal: Ativo Financeiro R\$ 1000,00; Passivo Financeiro R\$ 800,00; Passivo total do exercício R\$ 950,00; Saldo não utilizado de Crédito Especial, aberto no mês de agosto do exercício anterior R\$ 50,00; Ativo Total R\$ 1100,00.
- O valor para abertura de crédito especial com base no superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior será de, em R\$,
- (A) 100,00.
(B) 150,00.
(C) 200,00.
(D) 300,00.
(E) 250,00.
56. Ao lançamento que é efetuado unilateralmente pela autoridade administrativa, portanto, sem intervenção do contribuinte, intitula-se:
- (A) de ofício.
(B) misto.
(C) declaração.
(D) autolançamento.
(E) por homologação.
57. O elemento que compõe o Plano de contas da Administração Federal e que contém a relação ordenada dos principais fatos contábeis rotineiros de um ente público, agrupadas de acordo com características comuns, é:
- (A) Manual de fatos contábeis.
(B) Tabela de Lançamentos.
(C) Plano de Contas.
(D) Manual de Lançamentos.
(E) Tabela de Eventos.
58. Instrumento de segurança do SIAFI que permite às unidades gestoras a ratificação e o fechamento das operações por elas realizadas:
- (A) Controle Sistemico.
(B) Conformidade.
(C) Controle Documental.
(D) Auditoria.
(E) Fiscalização.
59. O documento utilizado no SIAFI, especialmente na movimentação dos créditos orçamentários e/ou adicionais para dentro do mesmo órgão ou para outro, é denominado Nota de
- (A) Execução (NE).
(B) Dotação (ND).
(C) Movimentação de Crédito (NC).
(D) Lançamento Orçamentário (NLO).
(E) Empenho (NE).
60. A obrigação de fazer constar na Lei Orçamentária todas as receitas e as despesas decorre da aplicação do princípio orçamentário da
- (A) anualidade.
(B) especificação.
(C) não afetação da receita.
(D) exclusividade.
(E) universalidade.